

## **Deliberação regulamenta programa junto à CVM**

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) editou hoje, 21/7/2017, a [Deliberação CVM 776](#), que regulamenta o Programa de Regularização de Débitos não Tributários junto à Autarquia (PRD).

O Programa foi instituído pela [Medida Provisória 780/17](#) e abrange a quitação dos débitos de pessoas físicas (PF) ou jurídicas (PJ), inclusive, os que são objeto de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos ou em discussão administrativa ou judicial.

***"A adesão ao PRD poderá ser feita por meio de [requerimento próprio](#) a ser enviado pelo Protocolo Digital de Documentos da CVM, no prazo de 120 dias, contados a partir de hoje, data da publicação da Deliberação CVM 776. No documento, são estabelecidos os requisitos de preenchimento da solicitação."*** – complementou Juliana Passarelli, gerente de arrecadação da Superintendência Administrativo-Financeira da CVM.

## **Opções de parcelamento para o devedor**

Ao aderir ao PRD, o devedor terá, como opções de escolha, quatro modalidades para liquidar os débitos existentes:

- I - pagamento em 2 parcela (devendo a primeira prestação corresponder a , no mínimo, 50% do valor da dívida consolidada, sem redução, e parcelamento do restante em uma segunda parcela , com redução de 90% dos juros e da multa de mora).
- II - pagamento em 60 parcelas (devendo a primeira prestação corresponder a , no mínimo, 20% do valor da dívida consolidada, sem redução, e parcelamento do restante em até 59 prestações mensais, com redução de 60% dos juros e da multa de mora).
- III - pagamento em 120 parcelas (devendo a primeira prestação corresponder a , no mínimo, 20% do valor da dívida consolidada, sem redução, e parcelamento do restante em até 119 prestações mensais, com redução de 30% dos juros e da multa de mora).
- IV - pagamento em 240 parcelas (devendo a primeira prestação corresponder a , no mínimo, 20% do valor da dívida consolidada, sem redução, e parcelamento do restante em até 239 prestações mensais, sem descontos).

É importante destacar que o parcelamento do restante mencionado nos quatro itens acima apenas terá início em janeiro de 2018, com prestações mensais sucessivas.

***"O PRD é uma oportunidade especial para que créditos pendentes decorrentes da atuação de supervisão e enforcement da CVM sejam quitados pelos regulados devedores, que devem dispensar especial atenção ao prazo para adesão e às demais condições de parcelamento temporariamente disponíveis."*** – finalizou Alexandre Pinheiro dos Santos, superintendente geral da CVM.

## **Mais informações**

Acesse a íntegra da [Deliberação CVM 776](#).

**Fonte:** CVM, em 21.07.2017.